

# COMPROMISSOS EPISTEMOLÓGICOS DO CONCEITO DE PERCEPÇÃO AMBIENTAL

Éser Pacheco<sup>1</sup> & Hilton P. Silva<sup>2</sup>

Uma das diretrizes que devem orientar a administração de áreas naturais protegidas no Brasil é a garantia de que, no momento de se tomar decisões importantes sobre as unidades de conservação, as comunidades envolvidas sejam ouvidas. A lei 9.985, de 18/07/2000, que rege o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), no artigo 5º, que versa sobre suas diretrizes, estabelece em pelo menos três incisos: II, III e V, a necessidade do envolvimento das comunidades locais. No último, pode-se ler que o SNUC se rege por diretrizes que “incentivem as populações locais e as organizações privadas a estabelecerem e administrarem unidades de conservação dentro do sistema nacional”.

Para o alcance desse objetivo, uma ferramenta que tem sido bastante utilizada por gestores e organizações participantes é a pesquisa de percepção ambiental (DEL RIO & OLIVEIRA, 1996, FERNANDES et al., 2006). Espera-se que esse instrumento possibilite uma escuta dos valores, necessidades e expectativas das populações locais com respeito a determinada unidade de conservação.

Do ponto de vista científico, é interessante notar como o conceito de percepção ambiental tem estabelecido conexões entre um estudo sobre o meio físico, afeito aos métodos da geografia, e uma reflexão sobre as relações desse meio com a subjetividade, própria do instrumental psicológico. Parece ser exatamente por se colocar no meio do terreno que esse conceito tem sido definido de maneira ora mais próxima às ciências físicas, ora mais próxima aos saberes que, no passado, foram chamados “ciências do espírito” (DOMINGUES, 2004).

Uma crítica epistemológica ao conceito de percepção ambiental suscita, então, a pergunta sobre até que ponto os estudos de percepção ambiental são instrumentos válidos para a escuta das comunidades e como a adoção de determinadas perspectivas metodológicas pode expressar os compromissos ideológicos dos agentes envolvidos na administração de áreas protegidas.

Através de uma discussão epistemológica, esta pesquisa, que corresponde a uma etapa da construção de uma tese de doutorado junto ao EICOS/UFRJ, pretende contribuir para um avanço das reflexões em ecologia e psicossociologia de comunidades, proporcionando um

---

<sup>1</sup> Programa EICOS/UFRJ

<sup>2</sup> Departamento de Antropologia, Museu Nacional e Programa EICOS/UFRJ

argumento a mais para a tese de que o conhecimento contemporâneo se faz por múltiplos saberes.

Percepção ambiental é uma representação científica e, como tal, tem sua utilidade definida pelos propósitos que embalam os projetos do pesquisador. Como adverte Becker (1996), as representações científicas são como mapas que “fornecem um retrato parcial que é, todavia, adequado a alguma proposta. Todos eles surgem em ambientes organizacionais, que restringem o que pode ser feito e definem os objetivos a serem alcançados pelo trabalho” (p. 136).

Discutir o conceito de percepção ambiental não é, portanto, uma questão de dizer quais das representações parecem corresponder melhor à realidade, mas elucidar as perspectivas científicas, sociais ou políticas veiculadas através da utilização desse conceito.

Em torno das orientações epistemológicas que dão origem às diferentes representações científicas agrupam-se visões de mundo, interesses grupais, disputas políticas, enfim, tudo aquilo que compõe o universo de forças que faz da ciência não um conhecimento “neutro”, mas um saber contextualizado e endereçado.

O objetivo desse trabalho é apresentar as linhas básicas de diferentes estudos brasileiros sobre percepção ambiental para, a partir daí, investigar as orientações epistemológicas implícitas ou explícitas e, enfim, propor uma discussão sobre os compromissos ideológicos presentes nestes estudos.

O método está organizado em três etapas: levantamento das diferentes operacionalizações do conceito de percepção ambiental; desvelamento das bases epistemológicas de cada concepção; e proposição de linhas de discussão das bases epistemológicas, no contexto das diferentes ideologias em voga no debate sobre a relação do ser humano com o ambiente.

Num primeiro olhar, pode-se perceber que o conceito de percepção ambiental vai da fisiologia à semiótica, passando pelas representações sociais ou pelo funcionalismo (DEL RIO & OLIVEIRA, 1996; FERNANDES et al., 2006).

Para Ferrara (1993), a percepção ambiental é definida como a operação que expõe a lógica da linguagem que organiza os signos expressivos dos usos e hábitos de um lugar. É uma explicitação da imagem de um lugar, veiculada nos signos que uma comunidade constrói em torno de si. Nesta acepção, a percepção ambiental é revelada mediante uma leitura semiótica da produção discursiva, artística, arquitetônica etc. de uma comunidade.

Numa pesquisa na periferia de São Paulo, Ianni (1999) utiliza o conceito de percepção ambiental como significando, em primeiro lugar, a representação que uma população tem

sobre o seu meio ambiente. A esse sentido se agregam termos como valores, identidades, interpretações sobre as relações e conhecimentos acumulados dos processos vitais.

Oliveira (2002) trabalha o conceito a partir do construtivismo piagetiano, propondo que a percepção ambiental é um processo de atribuição de significados subordinado às estruturas cognitivas, detentor de uma função adaptativa.

Em um trabalho de consolidação do que até à época representava uma visão geral das pesquisas em percepção ambiental no Brasil, Del Rio e Oliveira (1996) distinguem duas vertentes principais de orientação epistemológica: estruturalismo e fenomenologia. A vertente estruturalista receberia influências de trabalhos pioneiros anglo-saxões, notadamente de Lynch e Cullen, mas também comportaria visões próprias de pesquisadores brasileiros inspirados na semiótica de Peirce ou de Saussure. Já a vertente fenomenológica teria em Tuan e a geografia humanística a sua inspiração mais forte.

Resta saber, então, até que ponto a adoção dessas perspectivas epistemológicas representa também uma forma típica de se entrar no debate sobre as relações do ser humano com o ambiente. Já que os autores acima autorizam um agrupamento em torno de posturas estruturalistas e fenomenológicas, poderíamos, a título de exemplo, indagar sobre as visões de ser humano presentes em cada uma dessas correntes.

Figueiredo (1991) afirma que “a neutralização do sujeito caracteriza o ideal científico dos estruturalismos e os coloca como uma espécie de positivismo das ciências humanas” (p. 153). Já para a perspectiva fenomenológica, segundo o mesmo autor, “conhecer o homem torna-se necessário porque é o sujeito a fonte constitutiva não só de todo conhecimento como de todo objeto possível de experiência e reflexão” (p. 174).

Se Figueiredo estiver certo, teríamos aí um argumento para pensar uma oposição entre vertentes que concedem maior ou menor importância ao papel do sujeito na definição de percepção ambiental, o que implicaria em consequências evidentes quanto aos aspectos ideológicos e éticos envolvidos.

Como não nos cabe uma arbitragem sobre o conceito, isto é, dizer quem tem razão e quem está equivocado, este artigo representa apenas a proposta de se fazer uma crítica da produção científica em torno do conceito de percepção ambiental.

A discussão proposta pretende chegar aos aspectos éticos envolvidos nas filiações epistemológicas e ideológicas presentes nos estudos de percepção ambiental. Afinal, os diferentes referenciais científicos contêm distintas propostas de mundo que precisam ser aclaradas e discutidas, uma vez que, muitas vezes, subsidiam a tomada de decisões por parte

de gestores que lidam diretamente com os destinos de áreas protegidas e a relação entre comunidades e meio ambiente.

A análise acima demonstra que, entre as diferentes metodologias e epistemologias que sustentam a pesquisa de percepção ambiental, existem aquelas que privilegiam mais a subjetividade em detrimento de outras abordagens. Adotá-las ou não pode significar uma perspectiva ética dos agentes envolvidos, ainda que esta não seja explícita ou nem mesmo consciente. A crítica científica não deve estabelecer um julgamento sobre qual perspectiva se deve adotar quando as questões humanas estão envolvidas, mas oferecer subsídios para uma escolha mais consciente e responsável dos instrumentos de investigação.

Sabe-se que a questão ecológica é atravessada, no seu todo, por questões ideológicas traduzidas como perspectivas biocêntricas ou antropocêntricas, preservacionistas ou conservacionistas (DIEGUES, 2001; CARVALHO, 2003). Elucidar como a utilização do conceito de percepção ambiental tem se inserido nesses debates é uma tarefa importante para a democratização da ciência e dos saberes, e para uma reflexão sobre instrumentos que dispomos e o quanto estes são adequados para garantir a escuta às comunidades na administração de áreas protegidas, visando garantir maior qualidade ambiental para todos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BECKER, Howard S. *Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais*. 4ª edição. São Paulo: Hucitec, 1999.
- CARVALHO, Isabel Cristina Moura. Os sentidos de “ambiental”: a contribuição da hermenêutica à pedagogia da complexidade. In: LEFF, Enrique (coord.). *A complexidade ambiental*. São Paulo: Cortez, 2003, p. 99-120.
- DEL RIO, Vicente; OLIVEIRA, Lívia (orgs.). *Percepção Ambiental: A Experiência Brasileira*. São Paulo, São Carlos: Studio Nobel, Editora da UFSCa, 1996.
- DIEGUES, Antônio Carlos Souza. *O Mito Moderno da Natureza Intocada*. 3ª ed, São Paulo: Hucitec, 2001.
- DOMINGUES, Ivan. *Epistemologia e ciências humanas*. Tomo 1: Positivismo e Hermenêutica – Durkheim e Weber. São Paulo: Loyola, 2004.
- FERNANDES, Roosevelt S.; DE SOUZA, Valdir José; PELISSARI Vinicius Braga; FERNANDES, Sabrina T. *Uso da Percepção Ambiental com Instrumento de Gestão em Aplicações Ligadas às Áreas Educacional, Social e Ambiental*. Disponível em <[http://www.redeceas.esalq.usp.br/noticias/Percepcao\\_Ambiental.pdf](http://www.redeceas.esalq.usp.br/noticias/Percepcao_Ambiental.pdf)>, acesso em 14 de novembro, 2006.

FERRARA, Lucrécia D'Alessio. *Olhar Periférico: informação, Linguagem, Percepção Ambiental*. São Paulo: Edusp, 1993.

FIGUEIREDO, Luís Cláudio M. *Matrizes do Pensamento Psicológico*. Petrópolis: Vozes, 1991.

IANNI, Aurea Maria Zölner. A produção social do ambiente na periferia da metrópole: o caso da capela do Socorro, São Paulo, in: JACOBI, Pedro Roberto. *Ciência ambiental: os desafios da interdisciplinaridade*. São Paulo: Annablume - Fapesp, 2000.

OLIVEIRA, Livia de. A percepção da qualidade ambiental. *Cadernos de Geografia*. Belo Horizonte: PUC Minas, v. 12, n. 18, 2002, p. 29-42.